

**ATA NÚMERO 262/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 19 dias do mês de março de 2014, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09h30

1. Apreciação e votação das atas n.os 260 e 261, referentes às reuniões de 11 e 12 de março, respetivamente.
2. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes
3. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 527/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Proíbe a cobrança, pelas instituições de crédito, de comissões, despesas ou outros encargos pela manutenção de contas de depósito à ordem; n.º 529/XII/3.<sup>a</sup> (BE) - Assegura o acesso dos cidadãos aos serviços mínimos bancários gratuitos e limita a cobrança de despesas de manutenção de conta por parte das instituições de crédito e altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, e o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro; e n.º 532/XII/3.<sup>a</sup> (PS) - Assegura o acesso dos cidadãos aos serviços mínimos bancários gratuitos e limita a cobrança de despesas de manutenção de conta por parte das instituições de crédito altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, e o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.
4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 503/XII/3.<sup>a</sup> (BE) - Reduz o horário de trabalho para maior criação de emprego e repõe o horário de trabalho da função pública.  
Autora do parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).  
[esta iniciativa está agendada para a Sessão Plenária de 21 de março].
5. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 525/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade nos 6%.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.  
[Comissão competente: Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, com conexões à 1.ª e 5.ª Comissões].
7. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 531/XII/3.ª (PS) – Altera a Lei Geral Tributária para que o Estado não inviabilize sistematicamente os Planos Especiais de Recuperação de Empresas.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
8. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
9. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.º 957/XII/3.ª (PS) - Aprova as linhas fundamentais para a elaboração e execução do programa nacional de simplificação administrativa e desburocratização SIMPLEX II e n.º 974/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - Recomenda ao Governo que apresente e proceda à implementação de um programa global e integrado de modernização e simplificação administrativas - Programa SIMPLIFICAR.
10. Votação do relatório sobre a Petição n.º 316/XII/3.ª, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes: Solicitam à Assembleia da República a abolição da venda judicial ou coerciva da casa de morada de família dos cidadãos, para pagamento de dívidas.  
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
11. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS quanto à audição de um membro do Governo da Região Autónoma da Madeira, sobre o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas ao Vice-Ministro das Finanças da Lituânia, às Associações de Espoliados de Angola e Moçambique e ao Ministro Irlandês para a Reforma do Sector Público.
13. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE quanto à audição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a prescrição de processos contraordenacionais referentes a infrações provenientes do setor financeiro.
14. Outros assuntos.

10h00

Audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

---

09h30

1. **Apreciação e votação das atas n.os 260 e 261, referentes às reuniões de 11 e 12 de março, respetivamente.**

As [atas n.ºs 260 e 261](#), referentes às reuniões de 11 e 12 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. **Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

3. **Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 527/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) – Proíbe a cobrança, pelas instituições de crédito, de comissões, despesas ou outros encargos pela manutenção de contas de depósito à ordem; n.º 529/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – Assegura o acesso dos cidadãos aos serviços mínimos bancários gratuitos e limita a cobrança de despesas de manutenção de conta por parte das instituições de crédito e altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, e o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro; e n.º 532/XII/3.<sup>a</sup> (PS) – Assegura o acesso dos cidadãos aos serviços mínimos**

**bancários gratuitos e limita a cobrança de despesas de manutenção de conta por parte das instituições de crédito altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, e o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.**

Foi debatido o modo de concretizar a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º [527/XII/3.ª \(PCP\)](#), [529/XII/3.ª \(BE\)](#) e [532/XII/3.ª \(PS\)](#), sobre comissões bancárias, tendo sido consensualizado, numa ótica de eficiência dos trabalhos e salvaguardando a necessidade de ter em conta a dimensão dos diversos Grupos Parlamentares, apreciar as iniciativas no âmbito do [Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias](#), já existente, assegurando a autonomia dos temas em apreço no âmbito dos trabalhos a desenvolver.

- 4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 503/XII/3.ª (BE) – Reduz o horário de trabalho para maior criação de emprego e repõe o horário de trabalho da função pública.**

**Autora do parecer: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).**

**[esta iniciativa está agendada para a Sessão Plenária de 21 de março].**

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou o parecer da Deputada Isabel Santos (PS), ausente em trabalho parlamentar, relativo ao [Projeto de Lei n.º 503/XII/3.ª \(BE\)](#), dando conta do objeto da iniciativa e das conclusões do parecer, após o que, tendo sido saudada pelos Grupos Parlamentares, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

- 5. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 525/XII/3.ª (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade nos 6%.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

O Grupo Parlamentar do PSD informou que indicaria posteriormente o(a) autor(a) do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 525/XII/3.ª \(BE\)](#).

- 6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

**[Comissão competente: Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, com conexões à 1.ª e 5.ª Comissões].**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como autor do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) o Senhor Deputado António Gameiro (PS).

- 7. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 531/XII/3.ª (PS) – Altera a Lei Geral Tributária para que o Estado não inviabilize sistematicamente os Planos Especiais de Recuperação de Empresas.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

O Grupo Parlamentar do PSD informou que indicaria posteriormente o(a) autor(a) do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 531/XII/3.ª \(PS\)](#).

- 8. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

Sobre esta iniciativa, o Senhor Presidente recordou a baixa da iniciativa à Comissão em 14 de março último, e o subsequente agendamento para a Sessão Plenária de 20 de março, tendo entretanto sido solicitados pareceres às 1.ª, 3.ª, 9.ª e 10.ª Comissões, esta última em conexão com a COFAP por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª \(GOV\)](#) o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD). Foi ainda consensualizado agendar uma reunião da Comissão para o dia seguinte, com vista à apreciação do parecer em apreço.

- 9. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.º 957/XII/3.ª (PS) – Aprova as linhas fundamentais para a elaboração e execução do programa nacional de simplificação administrativa e desburocratização SIMPLEX II e n.º 974/XII/3.ª**

**(PSD/CDS-PP) – Recomenda ao Governo que apresente e proceda à implementação de um programa global e integrado de modernização e simplificação administrativas – Programa SIMPLIFICAR.**

Os proponentes concordaram em procurar obter um texto único resultante da fusão dos Projetos de Resolução n.ºs [957/XII/3.ª \(PS\)](#) e [974/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#), tendo sido fixado o prazo de uma semana para esse efeito.

**10. Votação do relatório sobre a Petição n.º 316/XII/3.ª, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes: Solicitam à Assembleia da República a abolição da venda judicial ou coerciva da casa de morada de família dos cidadãos, para pagamento de dívidas.**

**Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).**

Tendo sido discutido, em reunião anterior, o relatório da Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) sobre a [Petição n.º 316/XII/3.ª](#), foi este votado e aprovado por unanimidade.

A reunião ordinária foi interrompida neste momento para dar início à audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças.

**10h00**

**Audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas à Senhora Ministra de Estado e das Finanças, enquadrando a reunião no âmbito das audições regulares regimentais e recordando a grelha de tempos a utilizar.

A Senhora Ministra efetuou uma intervenção inicial, após o que se deu início ao debate, no qual usaram da palavra, na primeira ronda, os Senhores Deputados João Galamba (PS), Miguel Frasquilho (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a Senhora Ministra intervindo para responder, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados João Galamba (PS), Miguel Frasquilho (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra, bem como os Senhores Secretários de Estado do Tesouro; das Finanças; e dos Assuntos Fiscais usado da palavra para responder ao conjunto de questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Ministra e à sua equipa as informações e esclarecimentos prestados sobre a política do Ministério, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da Comissão.

**11. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS quanto à audição de um membro do Governo da Região Autónoma da Madeira, sobre o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.**

O Senhor Presidente recordou o debate já havido sobre o Requerimento, bem como os seus termos, tendo sido debatida, pelos Grupos Parlamentares, a possibilidade de melhoria da redação, termos em que a votação do Requerimento foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

**12. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas ao Vice-Ministro das Finanças da Lituânia, às Associações de Espoliados de Angola e Moçambique e ao Ministro Irlandês para a Reforma do Sector Público.**

O Senhor Presidente deu conta das audiências por si concedidas ao Vice-Ministro das Finanças da Lituânia e ao Ministro Irlandês para a Reforma do Sector Público, sublinhando com muito agrado o desejo manifestado por membros de Governos estrangeiros em reunir com representantes do Parlamento português aquando das respetivas visitas a Portugal.

**13. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE quanto à audição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a prescrição de processos contraordenacionais referentes a infrações provenientes do setor financeiro.**



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Presidente da Comissão recordou a entrada e distribuição, na véspera, do Requerimento agora em apreciação, tendo a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentado o mesmo e dado conta do seu fundamento.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou o anúncio do seu Grupo Parlamentar, feito na véspera, de pedido de audição do Banco de Portugal, tendo a Comissão aceite o requerimento oral.

Houve consenso de todos os Grupos Parlamentares para concretizar as audições, tendo o Senhor Presidente recebido mandato para procurar coordenar com a 1.<sup>a</sup> Comissão a eventual realização de reuniões conjuntas para audições sobre a mesma matéria, com vista a uma melhor coordenação e eficiência dos trabalhos.

### **14. Outros assuntos.**

Foi consensualizada a hora da reunião a realizar no dia seguinte.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de março de 2014

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Barbosa  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
Miguel Frasquilho  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Conceição Bessa Ruão  
Maria das Mercês Borges  
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Sandra Cardoso

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco  
José de Matos Rosa  
Nuno Reis